



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Vestígios do rural em uma Natal urbana: possibilidades para a agricultura no entorno da avenida Moema Tinoco¹

Camila Bezerra Nobre de Medeiros

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAU/UFRN)

Ruth Maria da Costa Ataíde

Professora do Departamento de Arquitetura (DARQ) e do PPGAU da UFRN.

Sessão Temática 13: Identidade e territórios: adaptação e resiliência

Resumo. O município de Natal é considerado completamente urbano desde o Plano Diretor de 1994. Contudo, práticas socioespaciais de alguns territórios demonstram a existência de espaços residuais com características rurais. Um deles é o representado pelo entorno da avenida Moema Tinoco, localizada na Região Administrativa Norte de Natal. Neste território, a agricultura é uma atividade marcante, voltada ao cultivo de hortaliças em pequenos sítios. Porém, este tipo de produção se encontra ameaçado pelo processo de urbanização, que tende a se intensificar, especialmente, a partir da duplicação da avenida Moema Tinoco, ainda em andamento, a qual resultou – e ainda poderá resultar – em ações de desapropriações dos terrenos produtivos. Entendendo que projetos dessa natureza tendem a modificar as características socioespaciais do lugar onde se instalam, questiona-se se a agricultura poderá resistir a tais transformações. O artigo expõe uma discussão sobre as possibilidades de permanência da agricultura no entorno da referida avenida, especialmente a partir do discurso dos agricultores, utilizando-se do método da palavra do habitante, desenvolvido em Raymond (1966) e Haumont (1966). Como resultados, conclui-se que a agricultura praticada nas bordas do município de Natal ainda pode se perpetuar, contudo, necessita de mais apoio do poder público para tal.

Palavras-chave: Relação campo-cidade; Áreas de transição rural-urbanas; Agricultura urbana e periurbana; Palavra do habitante.

Rural traces in an urban Natal: possibilities for agriculture around Moema Tinoco avenue

Abstract. Natal's municipality is considered completely urban since its Master Plan of 1994. However, sociospatial practices of some territories show the existence of residual spaces with rural characteristics. One of them is represented by the surroundings of Moema Tinoco Avenue, located in the North's Administrative Region of Natal. In this territory, agriculture is an outstanding activity, devoted to the cultivation of vegetables in small granges. Nevertheless, this type of production is threatened by the process of urbanization, which tends to intensify, especially, with the duplication of Moema Tinoco avenue, still in progress, which resulted – and can still result – in expropriation actions of the productive lands. Understanding that projects of this nature tend to modify the sociospatial characteristics of the place where they are installed, this paper questions if the agriculture can resist such transformations. This article exposes a discussion about the possibilities of agriculture's permanence on the surroundings of such avenue, especially considering the farmers' speech, using the method of the inhabitant's word, discussed in Raymond (1996) and Haumont (1966). As a result, it is concluded that the agriculture practiced in the edges of Natal's municipality can still endure, however, it needs more support of the public power to do so.

¹ Pesquisa desenvolvida no doutorado da primeira autora, com bolsa vinculada à CAPES.

Keywords: City-countryside relationship; Rural-urban fringes; Urban and periurban agriculture; Inhabitant's word.

Vestigios de lo rural en una Natal urbana: posibilidades para la agricultura en el entorno de la avenida Moema Tinoco

Resumen. El municipio de Natal es considerado completamente urbano desde el Plan Director de 1994. Pero prácticas socioespaciales de algunos territorios demuestran la existencia de espacios residuales con características rurales. Uno de ellos es representado por el entorno de la avenida Moema Tinoco, ubicada en la Región Administrativa Norte de Natal. En este territorio, la agricultura es una actividad marcante, dedicada al cultivo de hortalizas en pequeños sitios. Sin embargo, ese tipo de producción se encuentra amenazado por el proceso de urbanización, que tiende a intensificarse, especialmente, a partir de la duplicación de la avenida Moema Tinoco, todavía en progreso, la cual resultó – y todavía puede resultar – en acciones de expropiaciones de los terrenos productivos. Entendiendo que proyectos de esta naturaleza tienden a modificar las características socioespaciales del hogar donde se instalan, se cuestiona si la agricultura podrá resistir a tales transformaciones. El artículo expone una discusión acerca de las posibilidades de permanencia de la agricultura en el entorno de la referida avenida, especialmente a partir del discurso de los agricultores, utilizando el método de la palabra del habitante, desarrollado en Raymond (1996) y Haumont (1966). Como resultados, se concluye que la agricultura practicada en los bordes del municipio de Natal puede todavía perpetuarse, pero necesita más apoyo del poder público para tal.

Palabras clave: Relación campo-ciudad; Áreas de transición rural-urbanas; Agricultura urbana y periurbana; Palabra del habitante.

1. Introdução

Distinguir entre campo e cidade tem se tornado uma tarefa difícil. Isso ocorre porque vive-se, atualmente, a sociedade urbana como delimitou Henri Lefebvre (1968), o que significa que a cidade se expande não apenas no sentido físico-territorial, mas também nos costumes e valores urbanos que se direcionam ao campo. Entretanto, como também afirma Lefebvre (1968), espaços residuais do rural são encontrados nos interstícios do que se denomina de tecido urbano, o suporte da sociedade urbana. O rural, portanto, não desaparece e a relação entre urbanidade e ruralidade se intensifica.

Este rural, entretanto, se encontra constantemente pressionado pelo processo de urbanização. Há, por exemplo, um interesse do mercado imobiliário pela expansão das áreas urbanas, abrindo novas frentes de mercado. Defrontados com esses interesses, os espaços rurais são empurrados para áreas mais distantes ou, em alguns casos, conseguem resistir pontualmente, formando enclaves do campo no território da cidade. Entender como a produção do espaço e seus agentes atuam nesses territórios é, portanto, fundamental.

Para compreender melhor esse espaço, é preciso primeiramente considerá-lo como sendo um espaço social, o que significa, segundo Lefebvre (1974), que este apresenta não apenas uma dimensão morfológica e material, mas também contém dinâmicas sociais, culturais e econômicas. Além disso, o autor propõe que o espaço pode ser classificado em três categorias principais: o percebido, o concebido e o vivido. Estas, embora possam ser entendidas separadamente, são vivenciadas simultaneamente.

Em síntese, o espaço concebido é o espaço dos planejadores, aquele que é inventado e onde há a imposição de determinadas regras. Já o espaço vivido é aquele onde se processa a vida cotidiana, sendo um espaço dominado, mas que a imaginação tenta transformar. Por fim, o espaço percebido é uma espécie de mediação entre o concebido e o vivido, vivenciado a partir da dimensão corpórea, ou seja, dos sentidos.

O que ocorre nas dinâmicas de planejamento dos territórios é, por vezes, um descolamento entre o espaço concebido e o espaço vivido. Embora a importância do planejamento participativo tenha sido reforçada especialmente no contexto pós reforma constituinte no Brasil, ainda são notáveis os projetos construídos quase exclusivamente a partir de ideias saídas de gabinetes, que refletem em especial o interesse das classes dominantes, sem que a população a que se destina seja minimamente considerada.

Quando se trata da população rural ou que, de alguma forma, pratica atividades que remetem à vida no campo na cidade, essa falta de consideração parece ainda maior. Considerados por

vezes como cidadãos de segunda classe, os povos do campo, das águas e das florestas são vistos como atrasados e os territórios que ocupam são pressionados e varridos pela onda do “progresso”. Portanto, dar voz a esses personagens é essencial.

No município de Natal/RN é possível observar dinâmicas que se aproximam das discussões ora apresentadas. Apesar de ser considerado como completamente urbano desde a aprovação do Plano Diretor de 1994 (NATAL, 1994, art. 7º), ainda existem territórios nos municípios cujas práticas remetem ao rural. É o caso das comunidades agrícolas que margeiam a avenida Moema Tinoco da Cunha Lima na Região Administrativa Norte – RA Norte – de Natal, perpassando os bairros da Redinha, Pajuçara e Lagoa Azul. Tais comunidades se dedicam especialmente ao cultivo de hortaliças.

No entanto, a permanência dessa agricultura se encontra ameaçada pelo processo de urbanização, uma vez que as dinâmicas socioespaciais que ali se produzem conduzem a um processo de transformação de seus padrões de ocupação originais. É o que se nota especialmente com o processo de duplicação da avenida Moema Tinoco, uma das intervenções urbanísticas e viárias do Projeto Pró-Transporte¹.

Classificada como um projeto estruturante do espaço metropolitano, a duplicação da avenida, ainda em fase de execução, provocou a desapropriação parcial de alguns terrenos ocupados por agricultores e poderá ocasionar ainda outras desapropriações até a sua finalização. Além das desapropriações, projetos como este tendem a modificar as dinâmicas socioespaciais do seu entorno, de modo que a continuidade da agricultura se encontra ameaçada, tendo em vista as possibilidades de substituição de usos para outros mais aproximados do urbano.

Nesse sentido, cabe indagar se existem possibilidades de um planejamento territorial contra-hegemônico, que reconheça a legitimidade dessas atividades nos territórios onde se realizam e proteja a permanência da população que dela depende para sobreviver. Tal planejamento deveria ser capaz de estender o direito à cidade aos habitantes que realizam práticas vinculadas ao campo em sua vida cotidiana. O direito à cidade é aqui entendido de acordo com Lefebvre (1968), não apenas como o direito à infraestrutura e serviços urbanos adequados, mas especialmente à capacidade de decidir coletivamente sobre os rumos que o território urbano pode tomar.

Assim, o presente artigo tem por objetivo refletir sobre as relações entre campo e cidade no contexto da lógica hegemônica da urbanização extensiva a partir do exemplo de Natal, buscando ressaltar as possibilidades de reverter essa prática, considerando os espaços de agricultura como prioritários e dando ênfase na dimensão do espaço vivido. Delineia-se, portanto, como questão principal: quais as possibilidades de perpetuação da agricultura no entorno da avenida Moema Tinoco em Natal/RN, eixo viário estruturante do município?

Para encontrar respostas para esta questão, entendeu-se ser necessário ouvir prioritariamente os agricultores que ocupam esse território. Portanto, foram realizadas entrevistas com o objetivo de averiguar se, de alguma maneira, eles se sentem ameaçados por esse processo de urbanização e se desejam permanecer no lugar que hoje habitam. Assim, a partir das informações construídas junto aos produtores do entorno da avenida Moema Tinoco, foi possível pensar sobre as perspectivas de continuidade da agricultura na RA Norte de Natal.

Buscando um procedimento que permitisse a expressão mais livre dos entrevistados, optou-se por trabalhar com o método da Palavra do Habitante, discutido por Henri Raymond (1966) e Nicole Haumont (1966). Nele, parte-se de uma pergunta única para guiar a conversa com os entrevistados que, neste caso, foi: “como e por que você e sua família se envolvem, já se envolveram ou ainda pretendem se envolver com atividades voltadas à agricultura nesta área?”.

A pergunta única tem por objetivo minimizar as interferências do entrevistador nas respostas dos entrevistados. Segundo Raymond (1966), algumas instruções devem ser seguidas pelos entrevistadores, tais como: seguir o tópico de pesquisa; deixar o entrevistado falar (ainda que

isso não signifique dá-lo total liberdade para fugir do tópico); apoiar suas respostas demonstrando interesse; na ocasião de silêncios, repetir a última frase dita pelo entrevistado, aderindo ao seu discurso.

Segundo Lefebvre (1970), no método da Palavra do Habitante, “é necessário dar a palavra aos interessados, orientando a entrevista sobre a atividade específica do estudo em questão (...), mas deixando livre a expressão do entrevistado” (LEFEBVRE, 1970, p. 160, tradução nossa). As entrevistas foram gravadas e transcritas para posterior análise. Nessa análise, segundo a proposição de Haumont (1966), foram identificados os significantes com seus respectivos significados. Depois, esses arranjos foram comparados entre si, destacando os conteúdos que se repetiam nas entrevistas. Foram realizadas nove entrevistas com agricultores do Sítio Gramoré (Gramorezinho) e uma com agricultores do Sítio Pajuçara, cujas falas estão representadas pelas siglas SG e SP respectivamente.

Além das falas dos entrevistados, seguindo a proposição de Lefebvre (1970), a fotografia foi utilizada como uma ferramenta de apoio, bem como a elaboração de um diário de campo. Nesse sentido, além de fotografar os espaços internos das hortas, foram também realizados percursos pelo campo empírico, a fim de registrar elementos que evidenciassem a relação campo-cidade no cenário percorrido. Dando suporte à discussão empírica, faz-se também um debate teórico sobre os temas do espaço, campo e cidade.

O artigo está estruturado em 6 partes, incluindo esta introdução e as considerações finais. A segunda parte trata do debate sobre o campo e a cidade, evidenciando seus conflitos e aproximações a partir da literatura de referência. A terceira parte trata do processo de urbanização do município de Natal, evidenciando como os seus territórios rural e urbano se transformaram ao longo do tempo. A quarta parte trata da produção do espaço nas áreas agrícolas do entorno da avenida Moema Tinoco. A quinta parte trata das possibilidades de perpetuação das atividades agrícolas em tal território e a sexta parte traz as considerações finais.

2. A cidade e o campo: conflitos e aproximações entre a teoria e a prática

Na definição de Milton Santos (1996), o espaço consiste em um conjunto formado por objetos e ações. Os objetos dizem respeito aos aspectos materiais e físicos do espaço, enquanto as ações fazem referência à maneira como a sociedade vivencia e modifica a paisagem geográfica. Da mesma maneira, o autor afirma que o território, geralmente entendido apenas em sua dimensão física, só pode ser objeto de análise social se entendido como território usado, sendo este último conceito sinônimo de espaço humano e espaço habitado.

Nesse sentido, o espaço e o território usado devem ser compreendidos como um todo, porém, Santos (1996) admite que estes possam ser formados por frações. Portanto, a cidade e o campo podem ser entendidos como frações do território usado que se modificaram ao longo do tempo, pois estão sujeitos ao percurso da história. Assim, o imaginário que gira em torno dos cenários urbanos e rurais cria arquétipos para cada uma dessas frações. Sobre elas, Raymond Williams (1990) descreve:

Em torno das comunidades existentes, historicamente bastante variadas, cristalizaram-se e generalizaram-se atitudes emocionais poderosas. O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. À cidade, associou-se a ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como um lugar de barulho, modernidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação. (WILLIAMS, 1990, p. 11)

A realidade objetiva, no entanto, se mostra bem mais ampla. Embora o campo seja frequentemente associado ao bucolismo, determinados cenários rurais podem se apresentar tão artificiais e modificados pela humanidade quanto os urbanos, a exemplo das propriedades agroindustriais dedicadas à monocultura. As cidades, por sua vez, abarcam tanto a polis grega

quanto a grande metrópole contemporânea. Para apreender a essência do campo e da cidade, é necessário recorrer ao viés histórico.

Nascida do processo de sedentarização e necessidade de domínio sobre um território, a cidade é, de acordo com Raquel Rolnik (1995), uma obra coletiva na qual uma segunda natureza, artificial, é manufaturada. Para a autora, além da essência material, a cidade possui também conteúdo político, decorrente da necessidade de organização da produção coletiva e sua imagem pode ser representada por um ímã, pela sua capacidade de reunir, atrair e concentrar pessoas.

Quanto ao espaço rural, na concepção de Henri Lefebvre (1970), este representa um agrupamento social que remete, em suas origens, a uma organização familiar e que possui um vínculo com a coletividade. Segundo o autor, a vida coletiva no campo surgiu da necessidade de união para a efetivação do trabalho agrícola, uma vez que se dispunha apenas de ferramentas e técnicas rudimentares.

Ao longo da história, a cidade foi estabelecendo com o campo uma relação de domínio e complementariedade, fruto da divisão socioespacial do trabalho. Segundo Lefebvre (1968), a relação campo-cidade se modifica de acordo com as mudanças nos modos de produção no tempo histórico, estabelecendo, em determinados momentos, vínculos mais conflitantes e mais pacíficos em outros.

Para Roberto Monte-Mór (2006), o domínio da cidade sobre o campo se intensifica a partir do processo de industrialização, pois é nos centros urbanos que as indústrias encontram o território propício para o seu desenvolvimento, dotando-os de um poder de controle e transformação maior sobre o rural. Monte-Mór (2006) afirma ainda que a lógica industrial redefine a cidade e o campo, subordinando-os ao modelo de produção capitalista, sendo a natureza do urbano a síntese da realidade urbano-industrial atual. O autor define este processo como “urbanização extensiva”.

Neste conceito há um diálogo com o que Lefebvre (1968) denomina “tecido urbano”, definido pelo autor como o suporte do modo de vida da sociedade urbana. Este tecido não constitui, necessariamente, o espaço físico construído em extensão contínua, mas qualquer manifestação de domínio da cidade sobre o campo, que pode se dar através de um sistema de objetos e de valores. Dentre esses objetos, Lefebvre cita os serviços de abastecimento de água e a energia, o automóvel, a televisão, utensílios de plástico e mobiliário moderno; dentre os valores, as festas ao modo urbano, costumes, assimilação da moda urbana e uma constante preocupação com o futuro.

Dessa maneira, o espaço urbano, passa a ser também um produto industrial, no qual a terra se transforma em mercadoria, evidenciando, segundo Lefebvre (1968), o predomínio do valor de troca sobre o valor de uso. Tal fato contraria o que, para o autor, se constitui como o principal uso da cidade, de suas ruas, praças, edifícios e monumentos: a Festa, associada ao prazer e prestígio não produtivos, que tende a ser suplantada pelos interesses do mercado quando a cidade passa a ser tratada como um produto.

Esta cidade, imersa na lógica urbano-industrial do modo de produção capitalista, não se detém mais aos seus limites físico-territoriais. Para Maria Encarnação Sposito, “(...) a cidade não pode ser pensada em si, tem que ser avaliada como um espaço aberto, do ponto de vista das formas e dos fluxos, do ponto de vista objetivo e subjetivo, do ponto de vista concreto e abstrato” (SPOSITO, 2011, p. 135).

Sua influência é percebida no espaço rural de diversas maneiras, tendo sido algumas delas identificadas por José Graziano da Silva (1999) em uma pesquisa sobre o novo rural brasileiro. O estudo do autor demonstra que outras atividades constituem o atual cenário rural no país, além da agropecuária e da agroindústria, dotando-o de novas ocupações e funções. Como exemplos, o autor destaca as áreas de lazer utilizadas nos feriados e fins de semana (pesque-pague, hotéis

fazenda e chácaras), os espaços de moradia como principal ou segunda residência em condomínios fechados e as atividades relacionadas ao ecoturismo.

A dificuldade de separação entre o urbano e o rural interfere nas delimitações institucionais e administrativas das diferentes escalas territoriais, que nem sempre coincidem com as formas-conteúdo ou com o conjunto de características das mesmas. Destaca-se, assim, a dificuldade de compreensão dos critérios estabelecidos para as delimitações dos limites de alguns zoneamentos municipais, que classificam os territórios em “área urbana”, “área de expansão urbana” e “área rural” ou similares.

No Brasil, esta classificação é determinada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelas leis municipais de perímetro urbano, às vezes também incluídas nos seus Planos de ordenamento territorial, especialmente os Planos Diretores Municipais. A partir dessas delimitações, o município fica responsável pela gestão das áreas urbanas e de expansão urbana, enquanto o INCRA se responsabiliza pela gestão das áreas rurais.

Os órgãos oficiais utilizam principalmente de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para análise das áreas urbanas e rurais, especialmente os do Censo Demográfico, Censo Agropecuário e Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílio (PNADs). No entanto, conforme destaca Leonardo Tinoco (2008), essa classificação também é influenciada por interesses políticos de grupos de pressão – especialmente do mercado imobiliário – geralmente interessados na indução da urbanização extensiva. Desta forma, muitas vezes o que se verifica é uma legislação municipal distorcida, cujas delimitações não correspondem à realidade. Isto significa também um maior distanciamento entre o espaço vivido do espaço concebido.

A indução da urbanização atinge, principalmente, os setores mais enfraquecidos da economia primária. A respeito disso, Doralice Maia (1999) ressalta que as atividades primárias são as mais frágeis e as menos essenciais no que diz respeito às disputas pela ocupação do solo urbano, de forma que as propriedades rurais de pequeno porte perdem espaço para outros usos mais aproximados do urbano, quando confrontadas com os interesses de mercado.

No entanto, a “urbanização extensiva” ou o espraiamento do “tecido urbano” não eliminam completamente a existência de espaços com características rurais, que são identificados como espaços residuais mesmo nos territórios intensamente urbanizados. Para Maia (1999), a cidade se expande sobre o campo, algumas vezes o dissolvendo e em outras o anulando, mas também permitindo a manutenção e recriação de subespaços rurais no urbano, gerando situações de equilíbrio e de conflito.

Lefebvre (1968) também corrobora com esta afirmativa. O autor ressalta que no interior das malhas do “tecido urbano” persistem ilhas de ruralidade pura, habitadas por camponeses mal “adaptados” e geralmente marcados pela pobreza, e que a existência desses espaços intensifica a relação urbanidade-ruralidade.

A ruralidade, citada por Lefebvre, é entendida por Neio Campos e Mara Krahl (2006) como o valor que a sociedade atribui às características que garantem a identidade do meio rural, destacando: a relação com a natureza e seus ciclos, a atividade agrícola, a lógica familiar e a cultura comunitária. Embora outros valores sejam identificados nos espaços rurais em decorrência da sua subordinação ao processo de urbanização, aqueles que se associam à ruralidade dizem respeito àquilo que constitui a essência da vida no campo e que pode contribuir para o aumento da qualidade de vida no espaço rural.

Na cidade de Natal/RN, há diversas frações territoriais em potencial que podem se beneficiar das qualidades do campo e da cidade, pois, mesmo inseridas em espaços intensamente urbanizados, apresentam traços de ruralidade. Essa mistura de características urbanas e rurais as classificam como áreas de transição rural-urbanas, havendo uma dificuldade de delimitação

de suas fronteiras, na medida em que se torna incerto onde termina a cidade e onde começa o campo. Segundo Livia de Miranda (2008), tais áreas:

São espaços plurifuncionais, em que coexistem características e usos do solo tanto urbanos como rurais – presença dispersa e fragmentada de usos e ausência de estrutura urbana coerente que proporcione unidade espacial, submetidos a profundas transformações econômicas, sociais e físicas, com uma dinâmica estreitamente vinculada à presença próxima de um núcleo urbano. (MIRANDA, 2008, p. 28).

De acordo com Anete Pereira, Carlos Alves e Dayane Costa (2012), os espaços de transição rural-urbanos se caracterizam por terem sido anteriormente espaços rurais cujo uso da terra passou a ser regido por uma lógica urbana. Para os autores, o aumento da urbanização nesses espaços se deve à facilidade de transporte e evolução dos meios de comunicação.

Nos espaços de transição rural-urbanos, as frações com características rurais estão sujeitas aos impactos decorrentes da expansão da urbanização, o que se verifica também em Natal. Ao longo da sua história, especialmente a partir da segunda metade do século XX, Natal experimentou uma grande expansão urbana, conforme se discute na seção seguinte. Especificamente na RA Norte, uma grande transformação ocorreu a partir da década de 1970, com a construção de conjuntos habitacionais nessa região, a qual anteriormente, conforme ressalta Alexsandro Silva (2003), era ocupada majoritariamente por propriedades rurais.

3. Reflexões sobre a expansão urbana de Natal no plano do espaço concebido

Natal é uma cidade litorânea, capital do estado Rio Grande do Norte, que apresenta cerca de 896.708 habitantes (IBGE, 2021) e, atualmente, o município é considerado como sendo completamente urbano. No entanto, nem sempre foi assim. Em 1947, segundo Alexsandro Silva (2003), a Lei nº 251/47 (NATAL, 1947) delimitou os bairros de Natal e estabeleceu para ela três subzonas, seguindo os limites determinados por Luís da Câmara Cascudo (1980), para quem:

A cidade de Natal, como todas as suas manas do mundo inteiro, tem as três Zonas clássicas. Urbana que termina na av. Antonio Basílio, no Alecrim e para sueste é a linha das dunas ou morros. Suburbana é a que segue depois da avenida Antonio Basílio até a Capitão Mor-Gouveia, isto é, a derradeira antes da Vila de São Francisco de Assis, a última avenida perpendicular ao eixo da estrada férrea. Rural é a parte além desta avenida, além dos 6.666 metros do Conselho, do saudoso Senado da Câmara. (CASCUDO, 1980, p.15).

Nesta lei, portanto, ficaram estabelecidas três zonas para Natal: a Zona Urbana, que compreendia os bairros mais centrais, incluindo o que hoje representam a Zona Administrativa Leste do município; a Zona Suburbana, que abrange parte dos atuais bairros da Região Administrativa Oeste e Sul, como Lagoa Nova, Nova Descoberta, Bom Pastor, N. Sra. Nazaré, Dix-Sept Rosado, Quintas e Nordeste; e, finalmente, a Zona Rural, que compreendia o restante do território municipal, o qual se estendia em sentido oeste até o limite da via férrea em sua porção norte, sendo sua área inferior, portanto à área total do município atualmente. Somente a partir da Lei nº 981 de 1953 (RIO GRANDE DO NORTE, 1953), foram estabelecidos os limites atuais do município, incluindo as frações de terra que se localizavam a oeste da linha do trem (Figura 1).

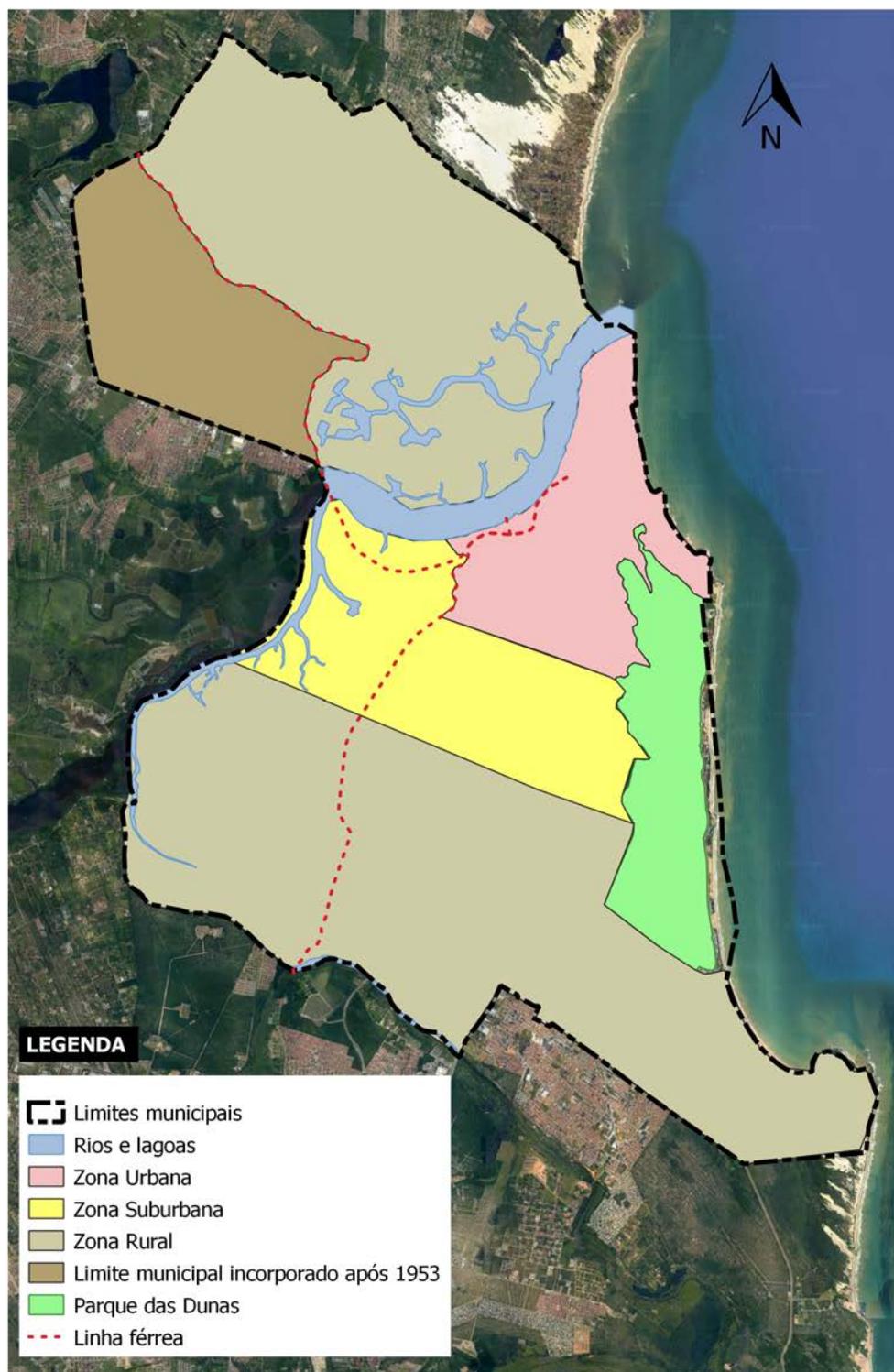


Figura 1 – Zoneamento do município em 1947 e perímetro incorporado após 1953 na Lei nº 981 de 1953 fonte: (elaborado pelas autoras a partir de Silva, 2003)

Segundo Ruth Ataíde (2013), na segunda metade do século XX, Natal entra em um processo de crescimento acelerado. De acordo com a autora, em 1940 a população do município era de 55.119 habitantes e, três décadas depois, essa população equivalia a 264.379. Para Ataíde (2013), se destacam nesse período dois documentos importantes para o município: o Plano Serete² (1968) e o Plano Diretor de 1974 (lei 2.211/74). A autora pontua, porém, que nenhum desses dois planos foi efetivado.

Sobre esses dois planos, é importante ressaltar que eles não incorporavam nenhuma estratégia de ordenamento para o que se conhece hoje como Região Administrativa Norte. Assim, o

processo de ocupação em curso na RA Norte foi invisibilizado, ainda que nela houvesse ocupação por atividades rurais e pelos conjuntos habitacionais promovidos pelo extinto Banco Nacional de Habitação.

Somente em 1984, com o Plano Diretor de Organização Físico-Territorial do Município de Natal (NATAL, 1984), a Região Norte do município aparece no mapa, mas ainda como área de expansão urbana. Segundo Silva (2003), esta região já dava sinais de adensamento urbano desde finais da década de 1970, em razão da construção dos conjuntos habitacionais e loteamentos. Importante registrar que essa região já era ocupada por propriedades rurais com algumas atividades agropecuárias. A partir da década de 1970, devido a diversos projetos urbanos, a implantação do distrito industrial e à construção de conjuntos habitacionais, principalmente, o solo rural foi se convertendo em solo urbano gradualmente.

O Plano Diretor de 1984 (PDN 1984) estabelece uma divisão territorial em dois níveis: o macro, que divide o município em três grandes áreas – áreas urbanas, áreas de expansão urbana e áreas de preservação – e o micro, expresso num zoneamento funcional com 13 zonas. Tal zoneamento encaminha Natal para um processo de urbanização total. A fração territorial classificada como área de expansão urbana abrange quase a totalidade da RA Norte, excetuando as áreas de preservação e a zona industrial (uma das zonas do zoneamento funcional).

Dez anos depois, com a publicação do Plano Diretor de 1994 – o PDN 1994 – (NATAL, 1994), Natal avança ainda mais no que diz respeito à expansão de áreas urbanas. Neste Plano Diretor, todo o território do Município de Natal é considerado como totalmente urbano e não há qualquer referência a frações com características rurais, embora elas continuassem a ser identificadas no território. Neste, o município é dividido em três zonas principais: Zona Adensável, Zona de Adensamento Básico e Zonas de Proteção Ambiental. É importante destacar também que é neste Plano que se estabelece a divisão atual de bairros do município de Natal³.

Tal zoneamento é repetido pelo Plano Diretor de 2007 (PDN 2007) e foi apenas nele que os espaços com características rurais foram reconhecidos, porém não como áreas rurais em si. O plano introduz uma inovação e avanço no que concerne às áreas voltadas para a produção agrícola no artigo em que se definem as Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), as quais são “(...) destinadas à produção, manutenção e recuperação de habitações e/ou regularização do solo urbano e à produção de alimentos com vistas a segurança alimentar e nutricional, tudo em consonância com a política de habitação de interesse social para o Município de Natal (...)” (NATAL, 2007, Art. 22).

De acordo com o PDN 2007, art 6º, as AEIS eram definidas como:

Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) - se configuram a partir da dimensão sócio-econômica e cultural da população, com renda familiar predominante de até 3 salários-mínimos, definida pela Mancha de Interesse Social (MIS), e pelos atributos morfológicos dos assentamentos. (NATAL, 2007, Art. 6º, Inciso VII)

Dentre as áreas que podem ser delimitadas como AEIS estão os terrenos com área superior a 1000 m² destinados à produção de alimentos de primeira necessidade e cuja renda dos proprietários seja de até 03 salários mínimos. Assim, as áreas com características rurais passam a ser reconhecidas na legislação urbanística da cidade, demonstrando um avanço em relação a legislação anterior. No Plano Diretor aprovado em 2022 (PDN 2022), houve um avanço na delimitação da AEIS de Segurança Alimentar do Gramorezinho que agora aparece não apenas indicada textualmente como no PDN 2007, mas com perímetro delimitado. No entanto, desde 2007, não houve avanços na regulamentação da referida AEIS.

A partir dessas reflexões é possível deduzir que o município de Natal, embora tenha vivenciado uma grande expansão urbana especialmente no século XX, ainda possui grandes extensões territoriais com características rurais, especialmente no entorno da avenida Moema Tinoco. Estas

foram reconhecidas apenas nos Planos Diretores mais recentes, tendo sido negligenciadas nos anteriores, o que evidencia um descompasso entre a cidade real e sua leitura normativa nas décadas anteriores. Mas o que de fato acontece no plano da vida cotidiana nesses espaços de agricultura? Como eles têm sido afetados pelas dinâmicas de urbanização que se processam em seu entorno?

4. Quando o campo e a cidade se encontram: a produção do espaço nas áreas de agricultura do entorno da avenida Moema Tinoco

Mesmo sendo considerado como completamente urbano desde 1994 (NATAL, 1994, art. 7º), o município de Natal ainda conserva espaços cujos atributos remetem ao território rural, como pode ser constatado no entorno da avenida Moema Tinoco, na RA Norte. Nele, se encontra marcadamente o cultivo de hortaliças em algumas comunidades agrícolas – o Sítio Gramoré (Gramorezinho), o Povoado Gramoré, o Sítio Pajuçara e o Povoado Caiana –, inserido em meio ao tecido edificado constituído, principalmente, por conjuntos habitacionais, assentamentos de origem informal e loteamentos consolidados e, configurando um território que mistura elementos do campo e da cidade (Figura 2).

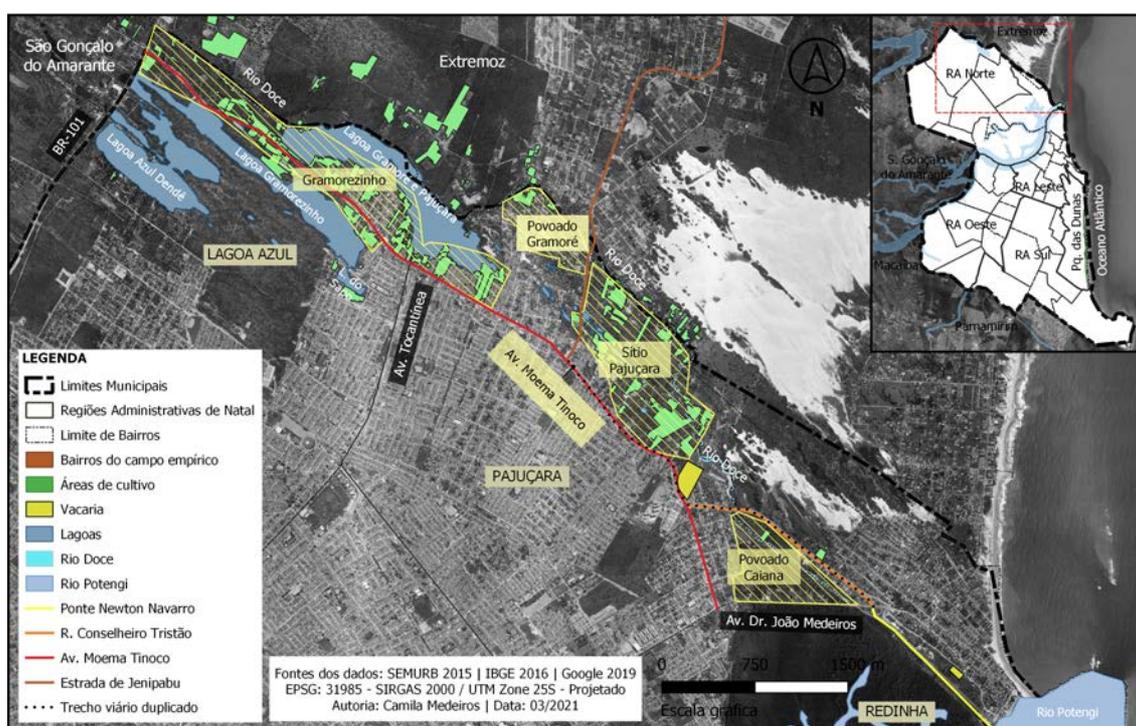


Figura 2 – Comunidades agrícolas no entorno da avenida Moema Tinoco (fonte: elaborada pelas autoras, 2021)

É importante ressaltar que a avenida Moema Tinoco ocupa também posição de destaque na Região Metropolitana de Natal (RM Natal) e funciona como importante eixo de conexão da cidade polo Natal com os municípios (e suas praias) do litoral norte do estado e o aeroporto de São Gonçalo do Amarante, perpassando os bairros da Redinha, Pajuçara e Lagoa Azul da RA Norte e sendo margeada por áreas de produção agrícola (Figura 3). Ressalta-se, nesse sentido, o projeto de duplicação da referida avenida, que vem provocando transformações em seu entorno, com destaque para as desapropriações totais ou parciais de terrenos, incluindo os de produção agrícola. Sobre essas transformações, um dos agricultores entrevistados, pertencente à comunidade do Gramorezinho, ressalta que:

Aqui na área da gente aqui é área de agricultura ainda, aí passou a ser de, de ser (...) rural. Porque ainda o que tem, ainda é rural. Agora só que mudou devido ao movimento. Porque

asfaltou, né? Passou pra dizer uma RN aí. Aí ela mudou de ser rural pra (...) urbana. Área rural pra área urbana [SG02]

Nesta fala, o agricultor destaca que o espaço por ele vivenciado vem se transformando, passando de um espaço rural para um espaço urbano, ainda que a agricultura permaneça como uma atividade de destaque. Ele justifica essa mudança com o fato de a avenida Moema Tinoco ter se transformado em uma via de hierarquia superior ao que era antes, o que denomina de “RN”⁴.



Figura 3 - Eixos do Pró-transporte no contexto da Região Metropolitana de Natal (fonte: elaborado pelas autoras, 2020)

De fato, na comunidade do Gramorezinho, a avenida Moema Tinoco permaneceu durante muito tempo como uma via simples, com pavimento de terra batida e, agora, ela vem passando por um processo de duplicação que tenderá a aumentar o fluxo de transportes em seu interior, aumentando o “movimento” como diz o entrevistado em sua fala, o que amplifica o caráter

urbano da comunidade, em sua visão. Se, atualmente, já se observa uma transformação nas dinâmicas socioespaciais desse lugar, é provável que após o projeto de duplicação essas mudanças se acelerem. Tais mudanças são comuns à dinâmica urbana, conforme pontua Priscila Bagli (2006):

O efêmero no urbano é algo constantemente sentido e presenciado, posto que as mudanças são visualizadas a todo instante. O espaço urbano, em seu processo de produção e reprodução, passa por constantes renovações e transformações. Nas casas e prédios construídos e destruídos, nas ruas e avenidas traçadas e alargadas, no fluxo de pessoas e dos automóveis, nas vitrines das lojas, nas mercadorias vendidas, enfim, na infinidade de coisas que surgem ininterruptamente. (BAGLI, 2006, p. 83)

Essa dinamicidade do urbano é percebida quando se está na avenida Moema Tinoco, na qual se nota a abundância de espaços comerciais e de serviços (Figura 4). Além disso, a via é constantemente movimentada, seja pelo fluxo de automóveis, seja pelas pessoas que nela se deslocam a pé. É curioso, contudo, perceber o contraste existente entre essa dinamicidade e a tranquilidade observada nas áreas de hortas, que se situam em sua maioria nos quintais das residências dos agricultores, escondendo-se às vistas dos que passam pela avenida (Figura 5).



Figura 4 - Comércio e serviços em trecho não duplicado da avenida Moema Tinoco (fonte: Camila Medeiros, 2020)



Figura 5 - Cultivo às margens da lagoa Gramorezinho (fonte: Camila Medeiros, 2020)

Tal simultaneidade de elementos do campo e da cidade se revelam também em outras paisagens, como as que se mostram na Figura 6 e na Figura 7. Na primeira, observa-se a avenida Moema Tinoco já duplicada, com diversos signos que remetem ao urbano: a ciclovia, os sinais de trânsito a faixa exclusiva para ônibus. No seu entorno, porém, a paisagem é tomada por sítios, com abundância do verde e presença das típicas cercas de madeira encontrada em espaços rurais. Na Figura 7, se vê uma cena inusitada: vacas atravessam a rua e, ao fundo, veem-se edifícios que se erguem acentuando o caráter urbano da paisagem.



Figura 6 - Avenida Moema Tinoco com sua estrutura duplicada e sítios no entorno (fonte: Camila Medeiros, 2020)



Figura 7 - Animais atravessando a avenida Moema Tinoco (fonte: Google Street View, 2019)

Esse contraste entre o urbano e o rural também pode ser percebido com nitidez em um determinado trecho da avenida Moema Tinoco, onde, em frente a uma vacaria, há um conjunto de edifícios que foram construídos a partir do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) (Figura 8). Tais empreendimentos permitem questionar se o futuro desse território não reserva espaço para a construção de novas edificações com este padrão edilício, que vão surgindo em substituição às áreas de agricultura. Sabe-se que para a própria vacaria já existe um projeto de novos conjuntos residenciais, voltadas à população de menor renda, além de edifícios institucionais, comerciais e equipamentos de lazer.



Figura 8 - Vacaria e empreendimentos residenciais no entorno da avenida Moema Tinoco e da rua Conselheiro Tristão (fonte: produzido pelas autoras, 2022)

Com o projeto de duplicação da avenida Moema Tinoco e da rua Conselheiro Tristão, há uma tendência de atração desses usos mais urbanizados para seu entorno, ameaçando a

continuidade das atividades de agricultura, ali consolidadas. Um dos agricultores entrevistados se dá conta desse fenômeno e das ameaças da especulação imobiliária sobre as comunidades agrícolas, conforme ilustra em sua fala:

É, eu acho que no futuro, vai criar uma especulação imobiliária muito grande na... exatamente, você estuda essa área aí, né, que é arquitetura e o crescimento da cidade, ela vem chegando bastante. O importante é que o Ministério de Agricultura e de Meio Ambiente eles andem de mão dada pra que ele venha fomentar essas OCS pra não deixar essas construções chegarem muito próximo do rio, que acho que a medida limite hoje, se não me engano, é 200 metros. (...) Porque no futuro, se vier a acontecer de um residencial, um condomínio residencial na margem de um rio desse... rapaz, nós estamos desgraçados, que só vai ser poluído, né? (...) Aí no futuro a gente acha que alguém vai querer construir aí, mas essas OCS ela deve tá de... ela deve tá com olho de coruja, 360 graus que é pra não deixar acontecer isso, né? [SG05]

As OCS às quais o agricultor se refere são as Organizações de Controle Social, que foram criadas no contexto do Projeto Amigo Verde, um projeto idealizado pelo Ministério Público do Rio Grande do Norte – MPRN – em 2012, que tinha por objetivo realizar a reconversão do modo de cultivo da agricultura convencional para a agricultura orgânica na comunidade do Gramorezinho e adjacências. As OCS são necessárias para o processo de certificação da agricultura orgânica, podendo se constituir como grupo, associação, cooperativa ou consórcio e têm como função orientar os agricultores que dela fazem parte.

Cabe aqui fazer uma breve reflexão sobre o Projeto Amigo Verde, que teve um impacto significativo na dinâmica da comunidade do Gramorezinho. O projeto é, na verdade, um Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD – que foi idealizado quando, em uma visita do MPRN junto a outros órgãos ambientais à área, verificou-se o uso de agrotóxicos nos espaços de cultivos. Esses estão inseridos em uma Zona de Proteção Ambiental⁵, a ZPA 9, denominada “Ecossistema de Lagoas e Dunas ao longo do Rio Doce”. Embora ainda não esteja regulamentada, dentro do anteprojeto da lei da ZPA, há proibição do uso de tais substâncias dentro de área protegida (NATAL, 2016, art. 6º).

É importante ressaltar que as primeiras ideias para a resolução desse conflito socioambiental não pautavam possibilidades de transformação do modo de cultivo da comunidade. Pelo contrário, cogitou-se, inclusive, a retirada dos produtores do local, medida que não foi levada adiante pelo impacto social que causaria, segundo informações do MPRN observadas no Inquérito Civil nº 06.2012.001335-5 da 45ª Promotoria de Justiça de Natal (MPRN, 2011). Cabe lembrar que além de inserida numa ZPA, a comunidade do Gramorezinho faz parte também da AEIS de Segurança Alimentar, instrumento de gestão urbana que objetiva proteção social aos territórios assim delimitados e respectivas populações residentes.

Por fim, o MPRN, por meio do Projeto Amigo Verde, chegou a uma solução conciliatória entre o interesse social e o ambiental, orientada pela promoção do cultivo orgânico na comunidade, de modo a reduzir os impactos no meio ambiente e promover a saúde dos produtores e dos consumidores. Como resultados do projeto tem-se que das 120 famílias envolvidas inicialmente, cerca de 25% (30 famílias) conseguiram obter o selo orgânico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente – MAPA –, enquanto outras passaram a produzir de maneira ecológica, sem o uso de agrotóxicos e químicos.

Outro resultado importante do Projeto foi a criação de feiras especiais, que proporcionaram a venda direta dos produtos aos consumidores, diminuindo-se a dependência da figura do atravessador, que geralmente demanda produtos em grande quantidade comprados a um preço muito baixo. Nas feiras, os agricultores passaram a ter uma margem de lucro maior com a venda direta.

Além disso, essas feiras funcionaram como um espaço educativo e de trocas, nos quais os consumidores eram informados sobre o modo de produção orgânico desenvolvido na comunidade. Segundo relatos dos agricultores, muitos consumidores manifestaram interesse em

conhecer os espaços de cultivo do Gramorezinho a partir do contato e da conversa com seus produtores. Depreende-se, portanto, que essas relações fortalecem o projeto, tendo em vista que, quando as pessoas passam a conhecer melhor a origem dos produtos que estão consumindo, é mais provável que elas se associem como aliados na luta pela defesa desses territórios.

No entanto, é importante mencionar que o projeto também produziu reações negativas. Alguns produtores não concordaram em transformar o seu modo de cultivo e decidiram sair da comunidade para plantar em outros municípios, onde pudessem continuar produzindo nos moldes convencionais. Isto é, indiretamente, o projeto contribuiu para a diminuição do número de áreas produtivas no Gramorezinho, muitas das quais foram reloteadas e vendidas, acentuando uma tendência já observada no campo empírico, que é a de substituição das áreas de agricultura por espaços construídos. Sobre o Projeto Amigo Verde e tais transformações, um dos agricultores relata:

Muita gente se ralou, vendeu o terreno, aí ó [aponta para as casas de loteamento ao redor]. Isso tudo era pra proteger essa lagoa, disse que é área ambiental, num sei que. Olhe! De que é que adiantou? Ó a área ambiental aí, ó. Isso aqui também tudo era, aqui em cima era horta, a área ambiental que fizeram só casa, cheio de fossa aí, ó. Na área ambiental que eles queriam, o que aconteceu foi isso aí, ó, o que eles conseguiram. Em vez de horta, a coisa mais bonita do mundo, tá aí, as casas velhas. [SG08]

O depoimento revela que não houve unanimidade entre os produtores na aceitação do projeto. Entretanto, constata-se, para aqueles que a ele aderiram, a ocorrência de transformações com impactos positivos para o meio ambiente e para a saúde dos agricultores e consumidores. Contudo, a construção de loteamentos irregulares em antigas áreas de cultivo demonstra a inefetividade da fiscalização pública nessa área, uma vez que, segundo o PDN 2007, estando dentro de uma ZPA não regulamentada, ficam nela proibidas as construções até que a lei de regulamentação seja aprovada, o que ainda não ocorreu (NATAL, 2007, art. 19, § 3º)⁶.

Além do Projeto Amigo Verde, outro projeto que vem impactando as comunidades agrícolas é o de duplicação da avenida Moema Tinoco. Alguns produtores relataram que já foram abordados para que seus terrenos sejam parcialmente desapropriados, implicando na redução das áreas de cultivo. Em estudo realizado sobre essas transformações, Camila Furukava (2018) demonstra que o projeto causaria 341 desapropriações, sendo que 40 destas seriam em imóveis que ela classificou como do tipo granja. Refletindo sobre esse processo, um dos agricultores afirma que:

Mais ou menos ali onde tá aquela garagem ali (...) as casas da gente já tão tudo no plano de ser derrubada. A gente só não pode tirar as casas porque se não perde tudo e não pagam nada. Ninguém pode vir pra cá, não pode fazer nada. Caindo aos pedaços. Esperando a boa vontade deles pagar a gente. [SG08]

Nota-se, nesta fala, o incômodo do agricultor com a espera pelo pagamento da indenização referente à desapropriação da sua casa. Enquanto não recebem, nada podem fazer, ficando numa espécie de limbo, com a edificação em condições precárias. No entanto, é importante notar que mesmo com esses inconvenientes, os agricultores se mostram favoráveis à duplicação da avenida. O entrevistado SG08 aponta o projeto como “a coisa mais linda” e afirma estar no aguardo para sua chegada na área em que ele vive.

As melhorias na mobilidade urbana são mencionadas por alguns agricultores como aspectos positivos que se vinculam ao projeto de duplicação. Uma das agricultoras afirma que, inclusive, depois que um trecho viário da Moema Tinoco foi asfaltado, o fluxo de transportes melhorou no entorno de sua área de produção e isso alavancou as suas vendas. Ao mesmo tempo, esse aumento no fluxo de transportes gera alguns inconvenientes, como a dificuldade de atravessar a pista nos horários de pico e o risco de acidentes, tendo a mesma agricultora relatado que foi vítima de uma ocorrência, tendo sido, inclusive, atropelada por uma moto ao tentar realizar tal ação.

Percebe-se, portanto, diferentes compreensões do projeto de duplicação da avenida Moema Tinoco na visão dos agricultores, ressaltando-se seus aspectos positivos, mas também reconhecendo seus impactos negativos. No entanto, cabe reforçar que o projeto tende a atrair novos usos para o território, que podem, gradualmente, desconfigurá-lo, devido à substituição do uso de espaços de agricultura por espaços com atividades marcadamente urbanas. Para entender as possibilidades de resistência a esse processo, é preciso compreender como os agricultores se colocam diante dos futuros possíveis para o território que ocupam.

5. Esperança ou desengano? Possibilidades de resistência para a ruralidade no entorno da avenida Moema Tinoco.

“A esperança é um condimento indispensável à experiência histórica. Sem ela, não haveria história, mas puro determinismo. Só há história onde há tempo problematizado e não pré-dado. A inexorabilidade do futuro é a negação da história” (FREIRE, 1996, p. 43). Assim, Paulo Freire descreve o que entende por esperança, substantivo que, para o autor, não deve estar vinculado a uma ingenuidade, pressupondo a luta como elemento promotor das mudanças.

Nesse sentido, questiona-se se as transformações pelas quais o entorno da avenida Moema Tinoco vem passando podem ser encaradas com esperança, quando se trata de manutenção das atividades agrárias, ou com desilusão, predizendo o seu fim. Para tentar responder a essa questão, busca-se, primeiramente, compreender como os agricultores enxergam as transformações pelas quais seu espaço de trabalho e moradia vem passando e as suas possibilidades de manutenção futuras.

Iniciando essa discussão, destaca-se uma importante fala de um jovem agricultor, na qual ele afirma que “a tendência é só melhorar a agricultura, porque, como a gente vê, o grande, o produtor grande de alimento não... ele não produz pro país, ele produz pra fora, pra exportação. Até tem mais projeto, começando a aparecer projeto... pra incentivar o pequeno a produzir...” [SG04a]. De fato, é a agricultura familiar, ou seja, aquela realizada pelos pequenos produtores que alimenta a população brasileira. Com o reconhecimento desse papel dos agricultores para a segurança e soberania alimentar nacional, é possível que sua atividade seja incentivada pelo poder público, como aponta este agricultor em sua fala.

Porém, outra jovem agricultora reclama da falta de apoio para os agricultores de Natal, afirmando que:

Eu espero que os poderes olhem mais por nós. A verdade é essa. Porque do jeito que continua, assim, cada um tendo que andar com as próprias pernas, sem benefício nenhum, vai chegar a um ponto da gente parar. Os filhos da gente procurar, a gente ter que botar pra estudar mesmo, eles querendo ficar aqui e a gente querendo botar pra estudar pra que tenha um futuro melhor, porque a agricultura daqui de Natal, se não olharem direito, vai acabar. [SG09b]

Além do Projeto Amigo Verde, já finalizado, não se tem conhecimento de outros projetos de incentivo para a agricultura no município de Natal. No entanto, é preciso reconhecer que a aprovação da Lei Municipal n.º 7.018, de 16 de março de 2020, que institui a Política de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana do Município do Natal (NATAL, 2020), avança um pouco nessa matéria. A lei estabelece alguns instrumentos que podem beneficiar tanto os agricultores praticantes, quanto novas pessoas que queiram aderir à atividade, sendo eles: crédito, educação e capacitação; a pesquisa e a assistência técnica; a certificação de origem e a qualidade de produtos, diagnósticos e estudos participativos e o Plano Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana.

No entanto, a lei tem enfrentado alguns entraves no que diz respeito à sua implementação pelo executivo, que seria responsável, dentre outras ações, pela criação de um conselho de agricultura urbana municipal, o CONSEA, que deverá definir áreas prioritárias para o desenvolvimento desta atividade em Natal. Além da lei, foi criada também a Frente Parlamentar

de Segurança e Soberania Alimentar, como forma de pautar a discussão sobre a temática numa agenda permanente na Câmara Municipal⁷.

Outra importante reflexão sobre o futuro da agricultura no entorno da avenida Moema Tinoco é a possibilidade de que os filhos dos agricultores deem (ou não) continuidade ao trabalho de seus pais. Nas entrevistas realizadas com os produtores, obtiveram-se distintas respostas e percepções: em metade delas relatou-se que os filhos ou parte dos filhos trabalhavam com a agricultura e na outra metade afirmou-se que ou eles não trabalhavam ou se supunha que eles não gostariam de trabalhar com tal atividade. Em relato de uma família em que os filhos se envolvem com a atividade, a mãe agricultora afirmou que:

Não é uma coisa que nós obrigamos, eu queria muito que eles fizessem uma faculdade, mas eles disseram “não, mãe, a gente não quer, vamos só fazer curso pra buscar mais conhecimento”, como meu filho, todos dois fizeram curso no SENAC, no SEBRAE, mais voltado assim pra área da agricultura e nós trabalhamos assim mesmo... continuamos o mesmo trabalho [SG01]

Além disso, conta como fator positivo à continuidade da atividade o fato de que muitos dos produtores realmente gostam de trabalhar com a agricultura, mesmo reconhecendo que o trabalho é, por vezes, pesado. São muitas as afirmações que vão nesse sentido que aparecem nas entrevistas: “Eu gosto, é muito bom, é saudável” [SG01]; “Eu gosto de trabalhar, eu gosto de produzir. Gosto muito” [SG3]; “É pesado é pesado, mas eu mesmo não me vejo trabalhando em outra coisa não” [SG04]. “Eu amo trabalhar na agricultura (...) já sou até aposentada, mas eu gosto de trabalhar (...) eu acho que trabalho é saúde” [SG06]. Para o agricultor SG05, quem trabalha com horta não tem fim de semana nem feriado, mas ele não considera o trabalho como humilhação e sim como uma felicidade. Sobre a satisfação de trabalhar com a agricultura, um dos produtores afirma que:

Rapaz, eu digo assim, porque às vezes a gente... não é todo dia que a gente amanhece bem, bem, bem, né? Porque tem dia que você às vezes não dorme bem e aí acorda. Quando você se levanta acolá, que você vem de acolá pra cá, a gente já vem na certeza, que quando chega aqui, parece que você tem outra vida. Quando você vê esse cenário aqui, a lagoa, vê essa coisa, esse cenário todinho que a gente vê, né? Aí a gente já sente outro alívio. Aí dá vontade de você fazer uma coisa, começa a fazer, aquilo começa a passar, vai embora e você nem se lembra mais que houve problema, que não houve. Porque quem chega aqui, quem vem do centro que chega aqui, homem, “homem, esse homem mora no paraíso, esse homem mora no paraíso”. [SG02]

Ainda refletindo sobre esse apreço pelo trabalho com a agricultura, apareceram nas entrevistas relatos de produtores que chegaram a trabalhar em outros setores, mas acabaram voltando para a atividade de cultivo. Dentre as justificativas para o retorno à agricultura, estão a proximidade com a natureza e o fato de poderem fazer o seu próprio tempo no trabalho, tendo nele mais autonomia. Sobre isso, o agricultor SG05 afirma que “a gente é empregado de luxo, né, porque a gente é empregado de si próprio, cada um faz o seu trabalho” [SG05] e a entrevistada SG09b diz que “somos nossos próprios patrões” [SG09b]. Outro agricultor sintetiza:

Pra mim é ótimo aqui, entendeu? O trabalho é pesado, é cansativo, arde, mas vale a pena porque você trabalha pra você. Você trabalha com vontade, porque é seu, entendeu? Você trabalha pra você. E só em você acordar e vir aqui pra essa horta de manhã logo cedo, cê ganha o dia, entendeu, é maravilhoso. Eu gosto demais de trabalhar [SG08].

Os vínculos afetivos que se identificam nas falas não se voltam somente ao trabalho com a agricultura, mas também ao local onde vivem os agricultores. Apareceram também relatos como “da minha morada aqui mesmo, só quem me tira daqui é Jesus” [SG02] ou “só vou me mudar daqui quando morrer. Só saio daqui pra outro canto se for pro cemitério” [SP10b]. Isto significa que os produtores manifestam o desejo de permanecer no lugar onde estão, mesmo reconhecendo que este apresenta algumas problemáticas, como o aumento da violência nos últimos tempos, fato relatado em diversas das entrevistas.

Quando indagados sobre sua perspectiva de futuro, alguns dos agricultores apresentam reflexões importantes sobre os problemas ambientais e o legado para as próximas gerações. Sobre o tema, a agricultora SG01 afirma que “se, a gente que já tá aqui, pensar só em destruir esse solo, quem vai sofrer lá na frente são os nossos filhos. Quem vai sofrer são os nossos netos, quem vai sofrer são os nossos bisnetos, quem vai sofrer é a nova geração que vai vir” [SG01].

Embora não o citem, alguns agricultores incorporam em suas falas a noção do desenvolvimento sustentável, aqui entendido a partir da perspectiva do relatório “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão de Brundtland na década de 1980 (ONU, 1987). Segundo o documento, desenvolver-se sustentavelmente é assegurar que as necessidades do presente sejam atendidas sem comprometer as necessidades das futuras gerações. Atento a esse princípio e pensando num tipo de produção que impacte ainda menos o meio ambiente, o agricultor SG05 afirma que tem como sonho construir uma agrofloresta⁸ na sua área produtiva. Sobre isso, relata:

O meu sonho é fazer uma agrofloresta, então eu ainda venho estudando isso pra aprender, implantarei um dia na minha granja, a mais bonita possível. Posso levar tempo, porque a gente tem que ter harmonia com a natureza. (...) Essa harmonia ela tem que ser gerada de ambas as partes e a natureza ela é uma mãe rigorosa, né? Quando a gente erra, apanha muito. [SG05]

Sonhar com a implantação de uma agrofloresta em sua propriedade é a demonstração de que há um desejo real de nela permanecer e, além disso, de melhorar a forma de cultivo de maneira a promover a harmonia com a natureza. A agrofloresta traz uma visão otimista sobre o futuro, mas que outras visões sobre o devir aparecem nas falas dos agricultores? Seus relatos misturam visões de esperança e desengano com a continuidade do trabalho com a agricultura. Para a entrevistada SG01, por exemplo, é importante que haja continuidade das ações de proteção ambiental na comunidade, que haja assistência técnica continuada e ela é uma das que aponta que seus filhos se interessam pelo trabalho com a agricultura.

O agricultor SG02 é o único de sua família que se envolve com a agricultura e, para ele, a atividade agrícola ainda continuará a existir futuramente, no entanto, ele relata que pode ser que esta diminua, como já vem acontecendo na comunidade. Para o agricultor SG03, o futuro das hortas é incerto. Mas, ao ser indagado sobre isso, ele aponta para o passado como uma pista, afirmando que foram muitos os que desistiram de plantar naquela área, citando inclusive um espaço vizinho ao seu, que era uma das maiores hortas do lugar e que já não existe mais. O relato do agricultor SG04b, como já mencionado, acredita que a agricultura familiar pode ser potencializada, tendo em vista que ela produz para o mercado interno.

Na fala do agricultor SG05 se destaca a sua reflexão sobre a especulação imobiliária que pode vir a acontecer no lugar, já mencionada na seção 4 deste artigo. Porém, este é o mesmo agricultor que sonha com a implantação de uma agrofloresta em sua propriedade, apresentando uma visão positiva para o futuro. A agricultora SG06 afirmou que desejava continuar trabalhando com a agricultura enquanto pudesse e que acredita que a atividade pode ter continuidade por uma questão de necessidade, tendo em vista que são poucas as opções de emprego atualmente e o cultivo funciona como uma saída para a obtenção de renda.

A agricultora SG07 acredita que, no futuro, haverá mais área residencial do que espaços de cultivo na área em que reside, confirmando uma tendência de transformação do uso do solo que vem sendo observada nesse espaço. Para que a atividade tenha continuidade, ela ressalta a importância de investimento do poder público na agricultura. A entrevistada SG08a é uma senhora que afirma que continuará produzindo enquanto puder, mas a sua filha, a agricultora SG08b, afirma que sem o auxílio do poder público a agricultura em Natal tende a acabar.

Já o agricultor SG09 acredita que a agricultura continuará a existir enquanto aqueles que lá produzem atualmente estiverem em atividade, mas, para ele, as futuras gerações não darão continuidade ao trabalho. Por fim, o agricultor SP10 também chama atenção para o fato de que

as hortas estão diminuindo e ressalta as dificuldades econômicas e técnicas para produzir; diferentemente da entrevistada SG06, ele acredita que hoje há muito mais oportunidades de emprego que na época de seus pais e as pessoas podem então migrar para outras áreas fora da agricultura. Tais falas são sintetizadas no Quadro 1, apresentado a seguir:

Quadro 1. Quadro síntese das visões de futuro sobre a agricultura na av. Moema Tinoco nas entrevistas (fonte: elaborado pelas autoras).

SG01	Espera que haja mais responsabilidade ambiental. Seus filhos já dão continuidade à atividade.
SG02	Apesar de ser o único da família que se envolve com a agricultura, acredita que a atividade vai continuar, mas que pode diminuir, como já aconteceu.
SG03	Apresenta incerteza ao olhar para um passado que mostrou a diminuição das hortas
SG04	Tem esperança de que as coisas melhorem (desde que os “poderes” não atrapalhem), já que a agricultura familiar alimenta a população brasileira.
SG05	Ressalta a expectativa de uma especulação imobiliária no lugar, com possíveis impactos ambientais, o que demanda uma atenção das organizações sociais (como as OCS) e do poder público. Sonha em implantar uma agrofloresta.
SG06	Discute a continuidade da agricultura por necessidade, pois não há tantas opções de emprego. Diz também que trabalhará com isso enquanto puder.
SG07	Acredita que haverá mais residências do que plantação no futuro. Ressalta também a necessidade de apoio e investimento à agricultura.
SG08	A senhora ressalta que vai continuar trabalhando, enquanto puder, mesmo diante das dificuldades. Sua filha ressalta que se não houver auxílio do poder público, a agricultura em Natal vai acabar.
SG09	Afirma que enquanto os atuais produtores estiverem por lá, a agricultura continuará, mas não acredita que as próximas gerações darão continuidade à atividade.
SP10	Ressalta a diminuição das hortas, as dificuldades de continuar produzindo, econômicas e técnicas; o fato de muitos migrarem para outros trabalhos (inclusive como atravessadores), já que hoje há mais oportunidades de emprego que na época dos seus pais

Como se nota, há distintas percepções sobre o futuro nas falas dos agricultores. Algumas são mais otimistas, enquanto outras ressaltam as dificuldades do trabalho com a agricultura e predizem o seu fim ou diminuição, especialmente se não houver apoio do poder público para a atividade. Mas há esperança de continuidade dessa atividade, principalmente quando se considera o apeço dos agricultores pelo seu trabalho e pelo lugar onde vivem. A existência de uma AEIS de segurança alimentar e de uma política de apoio à agricultura urbana e periurbana para Natal também dão relances de esperança, restando apenas que sejam efetivadas.

6. Considerações finais

Levando-se em consideração as falas dos agricultores, pode-se afirmar que há esperança para a continuidade da agricultura no entorno da avenida Moema Tinoco. Porém, estes demonstram que a atividade precisa de uma atuação mais forte do Estado para que ela possa se perpetuar. A esperança se traduz no discurso dos produtores, que afirmam gostar do que fazem e do local onde vivem, ressaltando que não pretendem dele se retirar. Além disso, parte dos seus

descendentes planeja dar continuidade ao trabalho dos pais ou já vem se envolvendo com a atividade de cultivo. Contudo, é necessário refletir sobre o seu oposto: o que fazer com os terrenos onde não haverá continuidade da atividade pelos filhos dos agricultores? A ação do planejamento territorial se revela fundamental nesse sentido.

A agricultura familiar que se desenvolve no lugar está, por enquanto, salvaguardada pela legislação federal, viabilizando a sua realização em Áreas de Preservação Permanente, desde que não haja supressão de vegetação a partir da publicação da lei, que seja preservada a qualidade do solo e que a fauna local seja protegida (BRASIL, 2012, art. 4, § 5º). Além disso, a AEIS do Gramorezinho deve também ser regulamentada no sentido de proteger a atividade produtiva que ali se realiza, evitando-se a conversão de espaços de agriculturas em loteamentos informais, como vem sendo observado no território estudado.

As tendências de ocupação do território observadas indicam a inserção gradual de novos usos, especialmente de condomínios residenciais voltados à população de menor renda, principalmente no entorno da avenida Moema Tinoco, os quais já vêm sendo construídos ou se encontram nos planos dos agentes imobiliários e fundiários. É preciso estar atento à correlação de forças entre os agentes produtores do espaço, observando se os segmentos do mercado imobiliário não serão capazes de alterar os regramentos protetivos a favor dos seus interesses, ameaçando a continuidade da agricultura no lugar.

Ademais, o impacto social de dois projetos devem ser analisados do ponto de vista do planejamento: o Projeto Amigo Verde e a duplicação da avenida Moema Tinoco da Cunha Lima. O primeiro teve resultados positivos, atuando na substituição da produção agrícola em moldes convencionais na comunidade do Gramorezinho e adjacências, permitindo uma conciliação entre o interesse social e o ambiental. Contudo, alguns produtores se viram ameaçados e deixaram a área para plantar em outros espaços onde pudessem continuar produzindo com uso de químicos.

Quanto à duplicação da avenida, a avaliação dos agricultores sobre ela é positiva, demonstrando a importância da mobilidade urbana no seu cotidiano, associando-a inclusive a um aumento de fluxo que resultou no aumento nas vendas de, pelo menos, uma das áreas de cultivo estudadas. Porém, eles reconhecem alguns incômodos ocasionados pelo projeto, como a demora nos pagamentos referentes às desapropriações, a perda de área produtiva decorrente das desapropriações parciais dos terrenos, o aumento do fluxo automotivo, tornando mais difícil a vida do pedestre e contribuindo para a poluição sonora do lugar.

Por fim, cabe reforçar a necessidade de políticas públicas voltadas ao fomento de agricultura ressaltada pelos produtores. Para alguns deles, sem essas iniciativas, a produção da agricultura em Natal tende a acabar. Para pensar sobre elas é preciso ir mais a fundo na investigação sobre os anseios dos agricultores do município. Do que eles precisam? Assistência técnica? Crédito? Mais espaços para comercializar seus produtos? Visibilidade e publicidade para sua produção? Para responder a essas perguntas, é necessário que os agricultores sejam ouvidos mais uma vez, trazendo sua voz para primeiro plano.

7. Referências

ARMANDO, Marcio Silveira et al. **Agrofloresta para Agricultura Familiar**. Circular Técnica 16. EMBRAPA. Brasília, DF Dezembro, 2002 ISSN 1516-4349

ATAÍDE, Ruth. **Interés Ambiental Frente A Interés Social**: la gestión de los conflictos socio-espaciales en los espacios naturales protegidos: los retos de la regularización urbanística de los asentamientos informales en Natal, RN, Brasil. 2013. Tesis (Programa de Doctorado "Pensamiento geográfico y organización del territorio"). Universidad de Barcelona, Facultad de Geografía e Historia, Barcelona, 2013.

BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 248 p. p. 81-109

BRASIL. **Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. DOU, Brasília, 2012.

CAMPOS, N.; KRAHL, M. F. L. Territorialidade: elo entre o espaço rural e o espaço urbano. In: STEINBERGER, M. **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15. LGE, 2006.

CASCUDO, Luís da Câmara Cascudo. **História da cidade de Natal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 30.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura)

FURUKAVA, Camila. **Zonas de proteção ambiental e projetos rodoviários: pressões e transformações entre a zona de proteção ambiental 9 e o projeto rodoviário da av. Moema Tinoco da Cunha Lima, Natal/RN**. 2018. 246f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

HAUMONT, Nicole. **Les pavillonnaires: etude psycho-sociologique d'un mode d'habitat**. 3. ed. Paris: L'Hamarttan, 2001. [1966]

IBGE. **Natal**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rn/natal.html>>. Acesso em: 21 dez. 2022.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. 4. ed. Barcelona: Edicions 72, 1978. [1970]

_____. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013. [1974]

_____. **O direito à cidade**. 5.ed. São Paulo: Centauro, 2001. [1968]

MAIA, Doralice Sátyro. Hábitos rurais em vidas urbanas. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho De Lima. **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 214 – 220.

MIRANDA, Livia Izabel Bezerra de. **Produção do espaço e planejamento em áreas de transição rural-urbana: o caso da Região Metropolitana do Recife - PE. 2008**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. A cidade e o urbano. IN: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org.). **As cidades da cidade**. Minas Gerais: UFMG; IEAT, 2006. p. 185 – 197.

MPRN – Ministério Público do Rio Grande do Norte. **Inquérito Civil nº 06.2012.001335-5**. Volume 1. 45ª Promotoria de Justiça de Natal. Natal: MPRN, 2011.

NATAL. **Anteprojeto de lei da ZPA 9**. Regulamenta o uso e a ocupação do solo, delimita as subzonas e estabelece as prescrições urbanísticas para a Zona de Proteção Ambiental 9 (ZPA 9), abrangendo parte dos bairros de Lagoa Azul, Pajuçara e Redinha, Região Administrativa Norte do Município do Natal/RN, criada pela Lei Complementar Municipal nº 082, de 21 de junho de 2007, e dá outras providências. Natal: SEMURB, 2016.

_____. **Lei Complementar nº 07, de 05 de agosto de 1994**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Natal e dá outras providências. Natal: DOMNatal, 1994.

_____. **Lei Complementar Nº 082, de 21 de junho de 2007.** Dispõe sobre o Plano Diretor de Natal e dá outras providências. Natal: DOM, 2007.

_____. **Lei nº 2.221 de 1974.** Institucionaliza o Plano Diretor do Município de Natal. Natal: SEMPLA, 1974.

_____. **Lei nº 3.175/84.** *Dispõe sobre o Plano Diretor de organização Físico-teritorial de Natal.* Natal: DOMNatal, 1984.

_____. **Lei nº 7.018 de 16 de março de 2020.** Institui a Política Municipal de apoio a agricultura urbana e periurbana e dá outras providências. Natal: DOMNatal, 2020

_____. **Projeto de Lei 251 de 20 de julho de 1947.** Natal: Câmara Municipal, 1947.

OLIVEIRA, Márcia Silva de. **No encontro da vida cotidiana, Novas Descobertas em Bairro e Vida de Bairro.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Our common future.** 1987. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>>. Acesso em: 16 nov 2022.

PEREIRA, Anete Marília; ALVES, Carlos Henrique Silva; COSTA, Dayane Sthepanie Maia. A plurifuncionalidade e o ordenamento territorial nos espaços periurbanos, breves considerações. **Revista Vozes dos Vales:** Publicações Acadêmicas, Minas Gerais, Ano 1, n. 02, p. 01-14, out., 2012.

RAYMOND, Henri. **Paroles d'habitants: une méthode d'analyse.** Paris: L'harmattan, 2001. [1966]

RIO GRANDE DO NORTE. **Lei nº 981 de 04 de dezembro de 1953.** Rio Grande do Norte: Diário Oficial do Estado, 1953.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos; 203).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SEMURB. **Proposta de regulamentação da Zona de Proteção Ambiental 9 (Ecossistemas de Lagoas e Dunas ao longo do Rio Doce).** Natal. 2015. 73 slides. Apresentação em Power-Point.

SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. **Depois das fronteiras: a formação dos espaços de pobreza na periferia norte de Natal-RN.** 2006. Dissertação (Mestrado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro.** 2.ed. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1999.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: Carlos, Ana Fani A. et al. **A produção do espaço urbano: Agentes e Processos, Escalas e Desafios.** São Paulo: Contexto, 2011. p. 123-143.

TINÔCO, Leonardo Bezerra De Melo. **Áreas de transição rural e urbana em São Gonçalo do Amarante/RN:** elementos para delimitação no planejamento territorial. NatalRN: 2008. 157 f. Dissertação (Mestrado) -Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura.** São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

¹ Uma iniciativa do extinto Ministério das Cidades, que tem por objetivo melhorar as condições de mobilidade urbana nas cidades brasileiras, a partir do financiamento de projetos.

² Apesar de receber a denominação de plano, o Plano Serete não se configurava como tal, constituindo-se de estudos e diretrizes em dois volumes, que resultaram nos Planos Diretores de 1974 e 1984.

³ Excetuando-se o bairro do Planalto, que foi incluso somente em 2002, segundo ressalta Márcia Oliveira (2016).

⁴ Embora, oficialmente, a hierarquia viária não tenha mudado, a via se transformou na percepção do entrevistado, adquirindo nível de hierarquia superior ao anteriormente apresentado. O que ocorreu de fato na área a que ele se refere foi o asfaltamento de um trecho da via no ano de 2015, que antes era simplesmente uma via de barro.

⁵ As Zonas de Proteção Ambiental são definidas pelo Plano Diretor de Natal como “a área na qual as características do meio físico e biótico restringem o uso e a ocupação, visando à proteção, manutenção e recuperação dos aspectos ambientais, ecológicos, paisagísticos, históricos, arqueológicos, turísticos, culturais, arquitetônicos e científicos” (NATAL, 2022, art. 17).

⁶ Muito embora o PDN 2022 não aponte essa restrição construtiva, é importante mencionar que o Plano Diretor anterior apresentava tal prescrição, pois, enquanto ele esteve em vigor, essa medida não foi cumprida, como se nota pelas novas ocupações na área da ZPA 9 e AEIS do Gramorezinho.

⁷ Informações obtidas em entrevista com a vereadora responsável pela criação da política e da frente parlamentar. Sobre a criação da frente, há mais informações disponíveis em: <https://sapl.natal.m.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2019/2881/projeto_de_resolucao_frente_parlamentar.pdf>. Acesso em 15 dez. 2022.

⁸ A agrofloresta ou sistema agroflorestal (SAF) é, de acordo com Marcio Silveira Armando et al (2002), a combinação de diferentes espécies, incluindo frutíferas, madeireiras, graníferas, ornamentais, medicinais e forrageiras. A combinação das espécies é feita respeitando-se suas necessidades de luz solar, seu porte e sua fertilidade. Isso permite que o agricultor produza durante o ano inteiro, a partir da combinação de espécies de ciclo curto e de ciclo mais longo.